

AGRO-FLORESTAL SÃO CAETANO S/A
CNPJ n. 75.713.081/0001-76
AVISO AOS ACIONISTAS

AGRO-FLORESTAL SÃO CAETANO S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 75.713.081/0001-76, por seu diretor, informa que se acham à disposição dos acionistas, no escritório da empresa, localizado à Rua Carlos Cavalcante, 441, Centro, União da Vitória, Paraná, CEP 84600-130, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal. União da Vitória, 18 de março de 2025. Nelson Thomasi – diretor.

AGROPESP - AGROPECUARIA SÃO PAULO S/A
CNPJ n. 04.965.968/0001-03
AVISO AOS ACIONISTAS

AGROPESP - AGROPECUARIA SÃO PAULO S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 04.965.968/0001-03, por seu diretor, informa que se acham à disposição dos acionistas, no escritório da empresa, localizado à Rua Carlos Cavalcante, 441, Centro, União da Vitória, Paraná, CEP 84600-130, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal. União da Vitória, 18 de março de 2025. Nelson Thomasi – diretor.

MADEIREIRA THOMASI S/A
CNPJ n. 81.637.431/0001-65
AVISO AOS ACIONISTAS

MADEIREIRA THOMASI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 81.637.431/0001-65, por seu diretor, informa que se acham à disposição dos acionistas, no escritório da empresa, localizado à Rua Carlos Cavalcante, 441, Centro, União da Vitória, Paraná, CEP 84600-130, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal. União da Vitória, 18 de março de 2025. Nelson Thomasi – diretor.

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 20/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 20/03/2025 09:43:26

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: e6c5c6966b633bcf72d58e84cebc870b2aed4b122579d6d4c5f57e2b5c88ab1f



Assinatura

Assinado em: 20/03/2025 09:43:31

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: d19ac1594bc25abc166dfe24d0948f21



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.23.184	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 134.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





INVEST PARANÁ
CNPJ: 17.269.926/0001-80

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em reais)

Ativo		2024	2023	Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2024 e 2023		Demonstração do resultado do período Exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023	
Circulante		4.151.168,41	4.389.381,23	(Valores expressos em reais)		(Valores expressos em reais)	
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.149.555,35	4.330.949,24				
Adiantamentos a pessoal	5	1.613,06	58.431,99				
Não Circulante		154.957,27	176.262,17				
Depósitos judiciais	6	79.159,67	79.159,67				
Imobilizado	7	53.995,33	97.102,50				
Intangível	8	21.802,27	-				
Total do Ativo		4.306.125,68	4.565.643,40				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							
Passivo		2024	2023				
Circulante		1.778.514,01	1.436.304,47				
Fornecedores	9	152.912,29	141.739,30				
Obrigações trabalhistas e encargos	10	1.065.142,15	931.704,25				
Obrigações tributárias	11	219.763,36	146.957,28				
Adiantamento de clientes	12	340.696,21	-				
Provisão para dissídio coletivo	-	-	215.903,64				
Não Circulante		233.164,90	185.469,11				
Provisões para contingências	13	233.164,90	185.469,11				
Total do passivo		2.011.678,91	1.621.773,58				
Patrimônio líquido	14	2.294.446,77	2.943.869,82				
Patrimônio social	14.a	2.943.869,82	2.946.615,98				
Superávit (déficit) do exercício	14.a	(649.423,05)	(2.746,16)				
Total do passivo e patrimônio líquido		4.306.125,68	4.565.643,40				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)

Eventos	Patrimônio Social	Superávit / Déficit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.988.753,47	(2.042.137,49)	2.946.615,98
Incorporação ao patrimônio social	(2.042.137,49)	-	(2.042.137,49)
Déficit do exercício	-	(2.746,16)	(2.746,16)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.946.615,98	(2.746,16)	2.943.869,82
Incorporação ao patrimônio social	(2.746,16)	2.746,16	-
Déficit do exercício	-	(649.423,05)	(649.423,05)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.943.869,82	(649.423,05)	2.294.446,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional
A Invest Paraná, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, nos termos da Lei nº 17.016 de 16 de dezembro de 2011, e tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através da prestação de serviços de atração de investimentos econômicos ao Estado, com ênfase na identificação de oportunidades de negócios que resultem na conquista de novas empresas e, por consequência, na geração de empregos na otimização do uso dos recursos energéticos e na modernização tecnológica.

A Invest Paraná tem por missão, também, identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre as soluções que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios e fomentando a economia das regiões com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
a. Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 - "Entidades sem finalidade de lucros". Estão sendo divulgadas de forma comparativa ao exercício anterior. Os relatórios ora publicados estão adequados a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

b. Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado em nota explicativa específica.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real. Que é a moeda funcional da entidade.

3. Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros da Entidade, restringem-se a caixa equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Apuração do resultado - receitas e despesas
As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d. Adiantamento a pessoal
Nessa conta estão registrados os adiantamentos de férias de funcionários.

e. Valores a receber
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade, reconhecidos pelo valor justo.

f. Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado. As depreciações acumuladas foram calculadas pelo método linear, considerando a estimativa de vida útil dos bens.

Vida útil estimada para o exercício corrente:
Aparelhos e utensílios domésticos 10% a.a
Equipamentos de processamento de dados 20% a.a
Máquinas, instalações e utensílios de escritório 10% a.a
Mobiliário em geral 10% a.a
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos 10% a.a

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

g. Provisão para redução no valor recuperável
Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a entidade não constatou a necessidade de reconhecimento de provisão para redução do valor recuperável dos ativos.

h. Contas a pagar
São contas a pagar de curto prazo por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

i. Provisão para férias e encargos
Foram constituídas provisões para férias para cobertura prevista das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos.

j. Demais ativos e passivos
Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicações de liquidez imediata	4.149.555,35	4.330.949,24
	4.149.555,35	4.330.949,24

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são representadas por operações de renda fixa junto ao Banco do Brasil S/A, de curto prazo, prontamente convertíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receitas financeiras.

5. Adiantamento a pessoal

	2024	2023
Adiantamento de férias	1.613,06	58.431,99
	1.613,06	58.431,99

6. Depósitos judiciais

	2024	2023
Depósitos judiciais trabalhistas	79.159,67	79.159,67
	79.159,67	79.159,67

7. Imobilizado
Demonstramos a seguir os bens imobilizados e a movimentação para o exercício de 2024:

Descrição	Custo	Adições	Depreciação		2024		2023	
			Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido		
Aparelhos, utensílios domésticos	17.360,39	-	(14.769,10)	2.591,29	3.105,54	-	-	
Equipamentos de informática	309.595,85	(13.800,00)	(246.059,60)	49.736,25	91.372,67	-	-	
Máquinas e utensílios de escritório	1.006,00	-	(1.006,00)	-	-	-	-	
Mobiliário em geral	170.883,96	-	(170.875,44)	8,52	65,42	-	-	
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos	8.678,00	-	(7.018,73)	1.659,27	2.558,87	-	-	
Total	507.524,20	(13.800,00)	(439.728,87)	53.995,33	97.102,50	-	-	

9. Fornecedores

	2024	2023
Agência de Fomento	22.666,74	22.636,71
AGT Online Negócios e Soluções Ltda	1.700,00	-
ALL Services Ltda	4.919,20	4.299,44
Celepar	6.846,30	5.109,99
ETC - Empresa Brasileira de Correios	52,69	-
Ligga Telecomunicações S/A	199,90	149,90
Instituto Euvaldo Lodi Núcleo	312,75	90,00
IOB Informações Objetivas	4.068,00	-
Governo do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda	568,00	494,00
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UEL	84.517,17	81.635,09
First Evolution Viagens e Turismo Eireli	17.846,47	12.376,91
Insat Saúde ocupacional Ltda	844,65	703,88
Internet Securities do Brasil Ltda	7.570,42	-
Qualinfo Informática Ltda.	758,00	800,00

10. Obrigações trabalhistas e encargos

	2024	2023
Provisão de férias e encargos	780.818,64	749.810,13
INSS a recolher	206.771,66	128.379,85
FGTS a recolher	70.585,29	45.963,34
PIS folha de pagamento a recolher	6.730,40	7.550,93
Contribuição sindical	236,16	-
	1.065.142,15	931.704,25

11. Obrigações tributárias

	2024	2023
IRRF s/ salários e honorários	217.132,24	145.149,81
PIS retido a recolher	164,23	94,89
Cofof retido a recolher	758,09	438,02
CSLL retido a recolher	252,70	145,99
ISS retido na fonte s/serviços de terceiros	587,58	480,62
IRRF s/ prestação serviços de terceiros	206,76	74,08
INSS retido serviços	661,76	573,87
	219.763,36	146.957,28

12. Adiantamento de cliente

	2024	2023
Repasso contrato gestão 7301/2024 - IAT	340.696,21	-
Este Adiantamento trata do Contrato de Gestão celebrado entre o Instituto Água e Terra - IAT, e a Invest Paraná, que tem por objetivo o desenvolvimento do VRS Parques Paraná, protocolado no SID nº 21.204.914-0, com vistas a impulsionar o desenvolvimento territorial por meio do uso público dos Parques Estaduais, bem como, prestação de serviços técnicos.	-	-

13. Provisão para contingências
Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Entidade, para o mês de dezembro de 2024, existem contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento com probabilidade de perda provável e possível, relativos a processos trabalhistas, conforme demonstramos a seguir:

PROBABILIDADE DE PERDA	2024	2023
Provisão Trabalhista	162.467,40	162.467,40
Atualização de juros	70.687,50	23.001,71
Total	233.164,90	185.469,11

14. Patrimônio líquido
O Patrimônio social da entidade é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade.

	2024	2023
Patrimônio social	2.943.869,82	2.946.615,98
Superávit (déficit) do exercício	(649.423,05)	(2.746,16)
	2.294.446,77	2.943.869,82

RECEITAS
15. Receita operacional bruta

	2024	2023
Aportes do Governo do Estado do Paraná	9.779.468,88	9.464.468,88
Deduções da receita bruta	-	-
Receita operacional líquida	9.779.468,88	9.464.468,88

DESPESAS
16. Despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Salários	(3.167.838,46)	(2.455.646,46)
(-) Redução salarial NT CCEE2/2023	213.391,26	-
Honorários da diretoria	(1.853.463,59)	(1.764.772,20)
Estagiários	(31.416,50)	(20.633,26)
Férias	(620.113,99)	(539.377,57)
13º salário	(453.105,32)	(384.395,03)
FGTS	(474.318,56)	(374.276,21)

17. Despesas tributárias

	2024	2023
IRRF s/ rendimentos financeiros	(98.307,47)	(124.003,37)
	(98.307,47)	(124.003,37)

18. Outras (despesas) receitas operacionais

	2024	2023
Bens de pequeno valor	(2.184,03)	(4.357,28)
Outros valores	(0,08)	-
Outras receitas diversas	0,01	0,15
Reversão provisão para contingências	-	233.149,22
	(2.184,10)	228.792,09

19. Resultado financeiro
a) Despesas financeiras

	2024	2023
Despesas bancárias	-	(70,32)
Recitas financeiras	456.145,28	579.950,47
Rendimentos de aplicações financeiras	456.145,28	579.950,47
Resultado financeiro líquido	456.145,28	579.880,15

20 - Resultado líquido do exercício
21. Isenções Tributárias
A INVEST PARANÁ, na condição de entidade sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, goza do benefício de isenção do pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Diretores e Contador
José Eduardo Bekin - Diretor Presidente
Paulo Alexandro Morva Martins - Diretor de Administração e Finanças
Contador: Jose Eurides Borges Filho - CRC-PR 032766/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores da INVEST PARANÁ Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Invest Paraná, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva demonstração do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Invest Paraná, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria reali-

zada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2025.
Executivos Auditores Independentes
CRC-PR-005657/O-1
Nelson Bazzaneze
Contador CRC-PR-045350/O-1
CNAI Nº 2742
Nº 2742



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 20/03/2025 09:44:12
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: cf343b9269185024709bab79fef467b408fc6f79e671f07ff16a978e473006d1



Assinatura

Assinado em: 20/03/2025 09:44:18
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CPF: 01993841938
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: a169ccee9c480a7bea6f84a278289105



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.23.184	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 134.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

